

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.136 - SP (2019/0301898-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C P DE S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de C P DE S no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que foi proferida decisão "pelo Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão Preto que, ao homologar os cálculos, determinou que o desconto dos dias remidos incidisse sobre o total da pena e não o fez incidir sobre as frações para obtenção de benefícios do sentenciado" (e-STJ 45).

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, improvido nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 45):

Agravo em Execução. Retificação de cálculo no tocante à remição de pena. Impossibilidade. Improvido o recurso.

Na presente impetração, a defesa assere que, "com base nessas normas e no princípio constitucional de que ninguém pode ficar preso por tempo superior àquele fixado em sentença condenatória, a legislação e a doutrina posicionam-se no sentido em que o tempo que o sentenciado cumpriu prisão provisória, seja aplicada a detração e que esse período seja computado como pena cumprida no processo, para todos os fins" (e-STJ fl. 6).

Assim, pugna pela retificação dos cálculos na execução da pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

Superior Tribunal de Justiça

minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator